# Enquadramento Geral

A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, para além de representar uma emergência de saúde pública, que obrigou a respostas imediatas no plano sanitário, desencadeou uma retração generalizada da atividade económica, originando impactos sem precedentes e severas consequências de ordem económica e social à escala mundial.

Em 2020, o surto pandémico da COVID-19 afetou profundamente a vida de toda a população e representou um forte choque para a estrutura de atividades económicas e sociais, em particular nos subsetores de atividade que envolvem contactos pessoais. Setores como o da cultura estiveram praticamente encerrados durante os sucessivos estados de emergência e de confinamento, registando reduções próximas de 100% em termos de transações presenciais.

O encerramento de museus, teatros, bibliotecas e salas de cinema, entre muitos outros equipamentos, perturbou profundamente as bases normais de uma participação cultural plena, mas, mais que isso, abalou a vida de todos aqueles que trabalham no setor da cultura e das indústrias criativas. Este setor enfrentou, e continua a enfrentar, uma conjuntura particularmente complexa, seja pelos novos desafios causados por esta pandemia, seja pelos problemas anteriores que esta situação veio agudizar. Esta situação impediu, por um lado, que os profissionais de cultura desenvolvessem a sua atividade nos moldes habituais e, por outro, impossibilitou a normal fruição cultural das populações.

Foi neste contexto que o Conselho Europeu criou o Next Generation EU, um instrumento temporário de recuperação, a partir do qual se desenvolverá o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, onde se enquadra o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

O PRR português é um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, e vai implementar um conjunto de reformas e de investimentos que permitirá ao país retomar o crescimento económico sustentado, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. Será financiado por recursos totais de 16,6 mil M€, distribuídos por cerca de 14 mil M€ de subvenções e 2,7 mil M€ de empréstimos, e com um perfil de desembolsos que permitirá a liquidez necessária para que o PRR funcione como instrumento efetivo de reposta à crise.

O PRR assume-se como um dos instrumentos de financiamento de uma Estratégia global mais vasta que cobre um horizonte temporal mais alargado – a Estratégia 2030, que define para a corrente década, uma visão do país em termos económicos, sociais e ambientais. Desta forma, o PRR, desenhado de acordo com os requisitos estabelecidos para este instrumento comunitário, está alinhado e responde às quatro agendas estratégicas da Estratégia 2030, constituindo-se uma das suas fontes de financiamento mais relevantes.

*As vinte componentes e as respetivas reformas e investimentos estão agrupadas no PRR em torno de três dimensões estruturantes: a Resiliência, a Transição Climática e a Transição Digital. As transições gémeas* relativas ao clima e ao digital representam uma absorção de financiamentos de 33% do total do programa, enquanto a dimensão Resiliência, que engloba a vertente das vulnerabilidades sociais, a resiliência económica e a resiliência territorial, absorve 2/3 dos recursos do PRR.

Enquadrado na dimensão Resiliência, a componente (C4) Cultura inclui investimentos em redes culturais, na transição digital (plataformas e conteúdos) e na valorização, modernização e requalificação de equipamentos e Património Cultural. Neste sentido, o impacto estimado reflete essencialmente o efeito nas infraestruturas culturais, fruto do investimento público associado.

Esta componente de investimento permitirá dotar o setor de uma maior sustentabilidade financeira e económica, aumentando a sua resiliência e tornando-o mais resistente a choques futuros. A capacitação do setor incrementa a sua diferenciação, o que levará à melhoria da sua performance e à criação de novas dinâmicas e novos negócios. Este paradigma é condição para que o setor seja mais resiliente face a choques como aquele que a atual crise provocou.

Assim, esta componente visa abordar desafios específicos:

* Promoção da transição digital das redes culturais através da sua modernização tecnológica e da digitalização de artes, literatura e património, num montante de € 92,8 Milhões;
* Valorização, salvaguarda e dinamização do património cultural, no sentido amplo de património cultural material, imaterial e natural, num montante de € 150,5 Milhões

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 5 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 29-B/2021, de 4 de maio, o Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais, abreviadamente, GEPAC, constitui-se como «Beneficiário Intermediário», sendo uma das entidades públicas globalmente responsáveis pela implementação física e financeira das reformas e de investimentos inscritos na Componente 4 Cultura do PRR, competindo-lhe a operacionalização da componente de Investimento RE-C04-i01 “Redes Culturais e Transição Digital”,

Com este propósito, foi assinado o contrato de financiamento entre a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP) e o GEPAC no dia 21 de outubro de 2021, no qual se prevê a concessão do apoio financeiro destinado a financiar a realização da Componente Investimento RE-C04-i01, designado por “Redes Culturais e Transição Digital”, enquadrado na Componente C04 – Cultura, do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Esta componente de investimento subdivide-se em três Medidas:

* A **modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais** – teatros, cineteatros, cinemateca, museus, centros de arte, bibliotecas, Torre do Tombo, Biblioteca Nacional, laboratórios de conservação e restauro, Arquivo Nacional da Imagem em Movimento, instalação do Arquivo Nacional do Som – públicos, de âmbito nacional e municipal. Este investimento a nível nacional permitirá capacitar tecnologicamente a rede de equipamentos culturais, quer ao nível de software, hardware e de recursos qualificados, apoiando a transição digital da rede de equipamentos públicos de cultura;
* A **digitalização de artes e património** - cinema, teatro, artes plásticas, música, dança, livros, fotografia, património sonoro, arquivos históricos. É necessário incrementar a taxa de digitalização de obras artísticas e de património cultural em Portugal, em especial na arte contemporânea, no património cultural (em particular nos museus e monumentos nacionais) e no cinema, o que permitirá melhorar a experiência do público e assegurar a preservação futura de obras de arte e de património cultural;
* A **internacionalização, a modernização e a transição digital do livro e dos autores** - apoio à língua portuguesa e aos agentes ligados à cadeia de produção e comercialização do livro, isto é, autores, editores e livrarias, através do apoio à tradução de obras literárias, à edição de audiobooks e ebooks, bem como à modernização e transição digital das livrarias.

Nesta data, e no âmbito da Medida C04-i01-m02 Digitalização de Artes e Património, foram já publicadas as seguintes Orientações Técnicas e celebrados os contratos de financiamento com os respetivos Beneficiários Finais:

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Submedida/****Operação de Investimento** | **Orientação Técnica** | **Data do Contrato de Financiamento** | **Beneficiário****Final** | **Montante de Investimento** |
| *Digitalização e virtualização de espólio (20M de imagens) de bibliotecas públicas (Biblioteca Nacional de Portugal e Biblioteca Pública de Évora)* | <https://recuperarportugal.gov.pt/wp-content/uploads/2021/12/Orientacao-Tecnica-No3_C4-i01_2021-3-1.pdf> | 28/12/2021 | Biblioteca Nacional de Portugal | €7.400.0000 |
| *Digitalização e virtualização de espólio (19,5M de documentos) da DGLAB* | <https://recuperarportugal.gov.pt/wp-content/uploads/2021/12/Orientacao-Tecnica-No2_C04-i01_2021-2.pdf> | 28/12/2021 | Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas | €7.215.000 |
| *Digitalização de 1.000 filmes portugueses da Cinemateca* | <https://recuperarportugal.gov.pt/wp-content/uploads/2021/12/Orientacao-Tecnica-No1_C04_i01_2021-2.pdf> | 07/01/2022 |  Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, I.P. | €10.000.000 |